



Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco

Plano de Trabalho

Comissão de Administração Pública

Tema: Acompanhamento do Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva relativa ao rompimento da barragem de Fundão, em Mariana-MG

— 2025/2026 —



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
DE MINAS GERAIS

Tema em Foco — Plano de trabalho

Plano de trabalho da Comissão de Administração Pública para fiscalizar, no âmbito de suas atribuições, o tema “Acompanhamento do Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva relativa ao rompimento da barragem de Fundão, em Mariana-MG” no âmbito do Tema em Foco 2025/2026

Comissão de Administração Pública:

Adalclever Lopes – Presidente
Rodrigo Lopes – Vice-Presidente
Beatriz Cerqueira
Charles Santos
Nayara Rocha
Professor Cleiton
Sargento Rodrigues

Assembleia Legislativa de Minas Gerais
Endereço:
Rua Rodrigues Caldas, 30 — Santo Agostinho
Belo Horizonte/MG
CEP: 30190-921

Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco
Comissão de Administração Pública
— Plano de Trabalho —

1) Tema escolhido: Acompanhamento do Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva relativa ao rompimento da barragem de Fundão, em Mariana-MG.

2) Objetivo geral:

Fiscalizar o cumprimento do Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva relativa ao rompimento da barragem de Fundão em Mariana-MG.

3) Objetivos específicos:

I. Acompanhar a execução das cláusulas do Acordo Judicial de Reparação Integral, com ênfase nos eixos de moradia, reassentamento, indenizações, saúde, educação, segurança hídrica e preservação do patrimônio cultural.

II. Verificar o grau de participação das pessoas atingidas e das entidades de assessoria técnica nos processos decisórios, assegurando o respeito ao direito à informação, à consulta e à autodeterminação das comunidades.

III. Ouvir movimentos sociais, assessorias técnicas independente, pessoas atingidas, instituições de justiça e poder público sobre o cumprimento do acordo.

IV. Avaliar a atuação dos entes públicos e das instituições de justiça na governança do acordo, especialmente quanto à transparência, tempestividade das ações e monitoramento das obrigações das empresas responsáveis.

V. Analisar a efetividade das medidas de reparação ambiental, especialmente quanto à restauração dos cursos d'água, contenção da contaminação de solo e água e recuperação da biodiversidade.

VI. Identificar entraves ou omissões na implementação do acordo, propondo recomendações legislativas, administrativas ou judiciais para superação dos problemas apontados.

4) Resultados esperados e indicadores:

Relatório do tema objeto do *Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco* na comissão, contendo a síntese das atividades fiscalizatórias realizadas, o compilado das providências eventualmente solicitadas e as respectivas conclusões da Comissão no que diz respeito ao tema em estudo.

5) Cronograma de atividades:

ATIVIDADES	2025								2026										
	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Elaboração, apresentação e aprovação de plano de trabalho.	X																		
Realização de audiências ou debates públicos sobre o tema.		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	
Encaminhamento de requerimentos a autoridades, órgãos e entidades pertinentes, com pedidos de informações e providências sobre o tema.		X		X	X	X	X		X	X	X	X	X		X	X	X	X	
Realização de visitas a órgãos e entidades de interesse, públicos e privados sobre o tema.		X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	
Elaboração e aprovação do relatório parcial												X							
Elaboração e aprovação de relatório final.																		X	X

OBS.: A Comissão não está vinculada a realizar tais atividades em todos os meses apontados, sendo o cronograma apenas indicativo de que serão encaminhados requerimentos, realizadas audiências públicas e visitas técnicas ao longo do período descrito com a finalidade de promover a fiscalização do tema.

Requerimentos para orientar o trabalho da comissão:

1. Moradia e Reassentamento

À Fundação Renova e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese:

Pedido de informações sobre o número de unidades habitacionais entregues e pendentes nos reassentamentos de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira; prazos de conclusão; qualidade da infraestrutura; e medidas de acompanhamento social às famílias reassentadas.

2. Indenizações e Compensações

À Fundação Renova, ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG –, à Defensoria Pública da União – DPU – e ao Tribunal Regional Federal da 6ª Região – TRF6:

Pedido de informações atualizadas sobre indenizações e compensações pagas, por comunidade, tipo de dano e número de atingidos ainda sem reparação financeira. Solicita-se também a identificação dos principais entraves ao pagamento.

3. Saúde

À Secretaria de Estado de Saúde – SES – e à Fundação Renova:

Pedido de informações sobre ações de vigilância em saúde nas áreas atingidas, medidas para tratamento de doenças associadas à exposição a metais pesados, apoio psicológico e estrutura dos serviços de saúde nos reassentamentos.

4. Educação

À Secretaria de Estado de Educação – Sede – e às Prefeituras de Mariana e Barra Longa:

Pedido de informações sobre os dados relativos ao acesso à educação nos reassentamentos, à disponibilidade de transporte escolar e à infraestrutura das unidades escolares da rede pública de ensino local.

5. Segurança Hídrica

À Agência Nacional de Águas – ANA –, ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – e à Fundação Renova:

Pedido de informações atualizadas sobre a qualidade da água no Rio Doce e dos demais cursos hídricos atingidos, a situação dos sistemas de abastecimento nas comunidades e o plano de monitoramento hídrico.

6. Patrimônio Cultural

Ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – Iepha-MG –, ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan – e à Fundação Renova:

Pedido de informações sobre ações de preservação, salvaguarda ou compensação do patrimônio cultural atingido, tanto material quanto imaterial, com ênfase em bens históricos, festas religiosas e saberes tradicionais.

7. Participação Social e Governança

À Fundação Renova, ao MPMG, ao MPF, à DPU, à DPE-MG e ao TRF6:

Pedido de informações sobre os canais de participação das pessoas atingidas, funcionamento das comissões locais e regionais, apoio às assessorias técnicas independentes, governança do acordo e medidas para garantir o direito à consulta livre, prévia e informada, conforme previsto no Acordo Judicial.

8. Meio Ambiente e Reparação Ecológica

Ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama –, ao Instituto Estadual de Florestas – IEF-MG –, à Fundação Renova e ao TRF6:

Pedido de informações sobre as ações de recuperação ambiental: recomposição da vegetação nativa, restauração dos cursos d'água, monitoramento de contaminação dos solos e rios, proteção da biodiversidade e cumprimento das metas de compensação ambiental previstas no Acordo.

9. Indenizações Individuais – Anexo 2 do Acordo de Repactuação

À Fundação Renova, à Samarco, ao TRF6, ao MPF, ao MPMG, à DPU e à DPE-MG:

Pedido de informações sobre o cumprimento do Anexo 2 do Acordo de Repactuação da Bacia do Rio Doce, que disciplina as indenizações individuais a pessoas físicas e jurídicas de pequeno porte, substituindo os programas anteriores (Cadastro, PIM, Pafe e Novel). São requeridos esclarecimentos sobre denúncias de alterações unilaterais nas regras sem participação das pessoas atingidas e sobre as medidas adotadas para garantir transparência e efetividade na reparação.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2025.

Adalclever Lopes, presidente.

Rodrigo Lopes, relator.